

Portugal

POR
JOÃO DE PINA CABRAL.

A Antropologia está presentemente em franco desenvolvimento em Portugal. Em primeiro lugar, temos agora uma presença firme nas universidades, tanto em termos de cursos de graduação como em termos da qualificação do pessoal docente. Em segundo lugar, presenciámos recentemente a publicação de um número de obras de investigação de qualidade. A existência de vários projectos doutorais em estado avançado dá-nos ainda a esperança de que, num futuro próximo, esta tendência continue. Em terceiro lugar, a profunda crise que se tinha instalado nos museus etnográficos nas últimas duas décadas parece estar a ser ultrapassada: o Museu de Etnologia de Lisboa retomou algo da sua antiga vitalidade e o Museu Antropológico de Coimbra está também a dar sinais de renovação.

Os três departamentos lisboetas onde presentemente se leccionam cursos de licenciatura utilizam termos diferentes: Antropologia na *Universidade Nova de Lisboa* (UNL); Antropologia Cultural no *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas* (ISCSP); e Antropologia Social no *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa* (ISCTE).

Ora, sob estas denominações diferenciadas (é, por vezes, mesmo sob a mesma denominação) encontram-se as aproximações mais variadas. Não nos podemos, portanto, surpreender que haja tão pouca comunicação entre as várias correntes, já que não há um universo teórico que as unifique. Assim se explica que só nos últimos meses tenha sido possível levar por diante o antiquíssimo projecto de fundar uma Associação Portuguesa de Antropologia. O sucesso futuro deste projecto depende menos, na minha opinião, das lutas de interesse dentro do mundo académico — como poderá parecer ao observador superficial — do que do reencontrar de um ponto de referência teórico comum a todos os que se chamam antropólogos. Desde a morte de Jorge Dias em 1973 — e quem sabe se mesmo já uns anos antes — que tal não existe.

Em 1974, o principal colaborador de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira afirmava que

*To Jorge Dias alone, ..., is due the renaissance of ethnological study in Portugal, its scientific, methodological and systematic attainment; and, later, the expansion of such studies and the founding of institutions in which they could be pursued; of university professorships forming its basis, as well as the training of those first researchers and their assistants who were to give this study the necessary consistency and continuity.*¹

No entanto, da perspectiva dos finais dos anos '80, podemos ver que essa esperança foi frustrada. As instituições onde hoje se ensina a Antropologia Social ou Cultural não são aquelas a que Veiga de Oliveira se referia e os jovens investigadores que têm produzido trabalho mais inovador foram, quase sem excepção, treinados no estrangeiro. Os princípios teóricos e metodológicos que caracterizaram a Etnología Portuguesa dos meados do século não tiveram continuação. Somos forçados a reconhecer que, para além de um ou outro exemplo, o pensamento dos *antropólogos* de hoje não é uma resposta à obra dos *etnólogos* de ontem. Os problemas, conceitos e teorias a que se endereçam — isto é, o ímpeto genético que guia as suas actividades intelectuais — origina na França, nos Estados Unidos ou no Reino Unido.

Assim, o problema que defrontamos tem um aspecto sincrónico e outro diacrónico: como descrever um grupo de académicos que, se bem que usem etiquetas disciplinares semelhantes, têm posições teóricas e metodológicas altamente divergentes e, se bem que pretendam apropriar-se de uma mesma ascendência académica, procurem algures a inspiração para o seu trabalho.

Para explicar esta situação, temos que ter em conta dois factores. Primeiro, em Portugal, a comunidade académica nunca teve tamanho suficiente para permitir que se desenvolvesse um debate despersonalizado. Segundo, as práticas altamente corporativistas que sempre caracterizaram a academia portuguesa, resultam num impedimento ao diálogo criativo e à competição honesta para os cargos. Assim se explicam as tendências para abafar a inovatividade, não lhe permitindo espaço para se exprimir livremente, permitindo a preservação de métodos e teorias que, julgadas pela bitola do diálogo internacional, são aberrantemente anacrónicas. Talvez o exemplo mais fácil é o facto de, na década de 1980, mais de trinta anos depois da morte do autor, ainda se publicaram volumes da *Etnografia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos — uma obra que este concebera durante os primeiros anos do século e só começara a publicar já tardiamente em 1933!²

O isolamento que permite tais anacronismos só foi atingido por meio de práticas complexas de exclusão académica que, apesar de serem antiquíssimas na universidade portuguesa, foram sem dúvida reforçadas durante a ditadura salazarista. Só assim podemos compreender as dificuldades com que se depararam todos os grandes

inovadores nesta área para se integrarem na vida académica nacional: Leite de Vasconcelos na Belle Époque, Jorge Dias nos anos '50 e José Cutileiro nos anos '70. O doutoramento alemão de Jorge Dias, por exemplo, nunca recebeu reconhecimento oficial. E foi só na escola de administração colonial (na altura menos prestigiada por referência à universidade) que ele conseguiu obter a posição de professor, apesar de toda uma vida de árdua labuta académica sem par entre os seus contemporâneos da área disciplinar que nos ocupa.

Infelizmente, esta legislação cujo finalidade é bloquear o reconhecimento oficial dos graus estrangeiros, e particularmente de graus de pósgraduação, continua em vigor e, sob a capa de falaciosos e especiosos argumentos nacionalistas, tem sido ainda recentemente utilizada para impedir o prosseguimento da carreira académica de jovens de valor. É possível que, num futuro que não será sem dúvida imediato, os acordos agora assinados ao nível da CEE venham a acabar com o que, na minha opinião, é uma das principais razão para a falta de competitividade das universidades não só de Portugal, mas de vários países do sul da Europa.

Leite de Vasconcelos que, como todos os inovadores, era um espírito independente, protestava em 1933:

Um dia virá em que (...) o estudo do folklore e etnografia nacional penetrará nas Universidades, como há muito acontece noutras regiões mais florescentes do que a nossa. Sendo certo que Portugal nunca deixa de se importar dos melhoramentos da civilização que observa lá fora, porque é que o não faz logo? Tanta cousa se perde, e tantas vocações se tolfhem, só porque não houve pressa de dar verdadeira estimação àquilo que a merece.

A sua carreira foi marcada pela marginalização, sendo, no entanto, reconhecido publicamente como um dos espíritos mais marcantes da sua época. Trinta anos mais tarde, Jorge Dias, tendo sofrido o mesmo bloqueamento, ainda sente necessidade de citar esta passagem¹. É, aliás, tanto trágico como típico que, segundo Orlando Ribeiro, tenha sido um discípulo de Leite de Vasconcelos, quem impediu que Jorge Dias prosseguisse a sua carreira dentro da Universidade de Lisboa. Só com o estudo sobre os Maconde, nos finais dos anos '60, quando estava já no fim da sua vida e era conhecido internacionalmente, é que Jorge Dias viu reconhecido o seu título de doutor⁴.

A história desta grande área disciplinar em que se inserem tanto a Etnologia como Antropologia Social e Cultural, tem sido caracterizada em Portugal por ciclos de desenvolvimento, iniciados por períodos de criatividade intensa logo seguidos por longos anos de progressiva anemia. Sem dúvida que a existência de uma periodicidade na criatividade científica é um fenómeno universal, mas a natureza esporádica e redutiva do desenvolvimento é aqui mais notória. A sucessão de gerações de cientistas não levou a uma constante renovação e questionamento de posições teóricas e esquemas analíticos e metodológicos. A renovação, quando ocorreu foi, revolucionária. O ímpeto para ela

esteve ligado à repatriação de jovens que só no estrangeiro tinham encontrado estímulo para a sua curiosidade científica. Ora, desde o início do século passado, estes ciclos de criatividade têm estado directamente associados aos grandes ciclos de renovação político-cultural do país. Dir-se-ia que parte integrante do processo de renovação cultural da sociedade burguesa é um regular reencontro com a autenticidade, com a identidade original, que o *popular* representa.

Assim, é durante o seu exílio inglês que os primeiros românticos, nomeadamente Almeida Garrett e Alexandre Herculano, se apercebem do valor cultural da literatura popular e da necessidade de a preservar. De volta a Portugal, é principalmente a publicação entre 1842 e 1851 do *Romanceiro* de Garrett que assinala os primeiros passos em direcção a uma etnografia científica⁵.

O segundo grande arranque só se vem a efectuar com a geração que acompanha a gestação da República. Segundo Oscar Lopes e António José Saraiva, «em coincidência com a ligação ferroviária» entre Porto, Coimbra e Lisboa e Paris,

e depois com os primeiros sintomas de uma nova crise política e social, surge entre 1864 e 1871 uma nova geração que, por um lado, realiza mais a fundo algumas das tendências do Romantismo europeu, e, por outro, procura reajustar quanto possível a cultura portuguesa às novidades de que a França era o centro de irradiação desde meados do século».

Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, e Rocha Peixoto são alguns dos nomes de uma geração que, pela primeira vez em Portugal, desenvolveu de forma coerente o estudo académico da cultura, arte, literatura e linguagem populares assim como da história social e da arqueologia — a noção de que a cultura popular é uma sobrevivência de crenças primitivas significa que todas estas áreas podiam ser tratadas como interdependentes. Todo este grupo de gente foi profundamente marcada por Joaquim de Vasconcelos e a sua mulher Carolina Michaëlis. A eles se devendo a influência do pensamento alemão que continuou até aos meados do século XX. Tanto Leite de Vasconcelos como Mendes Corrêa podem ser ainda considerados como continuadores deste grande movimento intelectual.

Um terceiro momento, corresponde ao período pós-guerra. As limitações impostas pelo contexto político-cultural do Estado Novo explicam porque se trata de um período muito menos fértil. De facto, na área disciplinar que nos interessa, a única presença inovadora é a de A. Jorge Dias que vivera na Alemanha de 1938 a 1944, tendo-se doutorado em Munique em *Volkskunde* e posteriormente estudado em Berlim com R. Thornwald. De volta a Portugal em 1947, e já acompanhado pelo número estreitíssimo de colaboradores que o seguiriam até à morte nos anos 70, Jorge Dias inicia a sua investigação no contexto do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular no Porto terminando por criar um Museu de Etnologia, rival do Museu de Arqueologia e Etnologia que Leite de Vasconcelos tinha criado.

Se bem que se visse a si próprio como continuando o trabalho etnográfico de Leite de Vasconcelos, a verdade é que o real ímpeto teórico da obra de Jorge Dias se encontra na escola alemã de *Volkskunde*⁷. No período pós-guerra, e possivelmente sob a influência de Thornwald, viria também a ser profundamente influenciado pela escola difusionista americana⁸. A existência de um hiato entre o esforço deste autor e o da geração dos finais do século XIX, porém, não é unicamente de ordem teórica. Institucionalmente também, como vimos, os *herdeiros* das instituições criadas por Leite de Vasconcelos tentaram sempre marginalizá-lo.

Durante todo o período do Estado Novo, numerosos descendentes intelectuais de Rocha Peixoto e Leite de Vasconcelos continuaram a publicar trabalhos etnográficos ou etnológicos. Entre eles destacaram-se vários membros da família Pires de Lima, Luís Chaves e o Abade de Baçal, P. Francisco Manuel Alves. Se bem que teórica e analiticamente a obra que nos foi deixada por estes estudiosos fosse completamente despida de inovatividade e em muitos casos até de espírito crítico, a verdade é que a sua actividade foi considerável. Herdámos assim um notável amontoado de informação, ordenado de forma largamente aleatória e escolhida segundo princípios conceptuais retirados da obra que os evolucionistas dos finais do século passado tinham produzido.

A partir dos meados da década de trinta, existiu também uma escola de antropologia física fortemente subsidiada pelo estado cuja finalidade era o estudo dos tipos físicos das populações colonizadas. Mendes Corrêa e Santos Júnior foram as figuras principais deste movimento que ainda hoje tem representantes em Portugal e que, a partir dos inícios da década de 50, quando Jorge Dias se distanciou dele, tem tido pouca relação com a Antropologia Social ou Cultural.

Finalmente, o mais recente período de renovação está ligado às duas últimas décadas e acompanha o movimento de alteração socio-cultural da sociedade burguesa nacional que, politicamente, se realizou na Revolução de 1974. Refiro-me a estudos etnográficos levados a cabo dentro de um contexto teórico inequivocamente sociológico (no sentido lato da palavra) sob a qualificação disciplinar de Antropologia Social. Na seguinte apresentação darei prioridade aos que estudam a realidade portuguesa.

Os primeiros textos devem-se a duas autoras estrangeiras cujas obras, por nunca terem sido traduzidas e por não terem sido publicadas em forma de livro, receberam menos atenção do que mereciam: os ensaios sobre Soajo dos fins dos anos '60 de Cailler-Boisvert⁹ e a tese de doutoramento de Joyce Riegelhaupt sobre a região Saloia, sustentada em 1964 na Columbia University e que levou à publicação de vários ensaios¹⁰. Foi, no entanto, a monografia etnográfica que José Cutileiro escreveu como tese de doutoramento em Antropologia Social em Oxford e que publicou em 1971 com o título de *A Portuguese Rural Society*¹¹ e em 1977 em tradução portuguesa intitulada *Ricos e Pobres no Alentejo*¹² que marcou o início desta nova era.

Esta excelente monografia sobre uma pequena vila alentejana é indissociável das circunstâncias políticas e históricas em que foi escrita. Trata-se essencialmente de um estudo da estratificação social, da propriedade fundiária, do patrocínio e das condições de exploração do proletariado agrícola alentejano, num contexto de crescente tensão política. De facto, três anos depois da publicação do livro, a Revolução de 25 de Abril viria a inaugurar um período de reforma agrária nesta região. Na edição portuguesa de 1977, o autor escreve um posfácio onde põe em causa o valor da reforma agrária que tinha sido entretanto liderada pelo Partido Comunista. Cutileiro recusa a idealização de uma utopia rural que caracterizava a noção das aldeias comunitárias de Jorge Dias e que, entretanto, ficara associada ao aparelho ideológico do regime salazarista (cf. o excelente ensaio de Pias de Brito sobre a competição para a «aldeia mais portuguesa de Portugal»¹³).

Um antigo estudante de Cutileiro, Brian Juan O'Neill, escreveu uma tese na London School of Economics sobre uma pequena aldeia transmontana¹⁴. Publicado em Português em 1984, este valioso estudo prolonga a preocupação de Cutileiro com a estratificação social para uma região onde ela supostamente não existe. A intenção teórica central desta monografia é a destruição do mito da aldeia comunitária e igualitária usando material da região onde estas tinham sido encontradas por Jorge Dias. Profundamente influenciado pelo pensamento de Jack Goody, O'Neill encontra o material necessário para suportar a sua tese através de um cuidadoso estudo de história familiar. O meio de transferência de propriedade — associado ao casamento tardio, a taxas elevadas de ilegitimidade e à prática de privilegiar um herdeiro — é, na opinião do autor, o apoio central para a estratificação social que encontra.

O meu próprio estudo da visão do mundo camponesa de duas freguesias rurais do Alto Minho, foi originalmente escrito como uma tese de doutoramento em Oxford, sob a supervisão de John Campbell¹⁵. Mais uma vez, um grande peso é dado à diferenciação social (aqui, a tónica é posta sobre a diferença entre a visão do mundo camponesa e a visão do mundo burguesa). Há também uma preocupação pelo situacionamento das observações feitas no seu contexto histórico e económico. A obra distingue-se de outras do género por dar maior ênfase ao estudo dos factores culturais e simbólicos, nomeadamente às atitudes para com a família, as relações sexuais, os rituais de comunidade e as práticas e crenças associadas à morte. O problema do igualitarismo rural é aqui tratado de forma diversa, tentando reconciliar a profunda experiência pessoal de comunidade, que é um facto observável na região estudada, com a existência de marcadas diferenças de prestígio assim como com a exploração económica e sexual.

Um outro tema central às monografias etnográficas dos anos '80, tem também uma longa história na antropologia portuguesa: o papel e poder das mulheres na família. Vários etnógrafos estrangeiros tinham já prestado atenção ao tema nos anos '60: Willems, Cailler-Boisvert e

Riegelhaupt¹⁶. Nos anos '80, o velho debate sobre o matriarcado do campesinato minhoto é transformado numa preocupação com a relação entre a ilegitimidade, os padrões familiares e o poder doméstico feminino. Esta temática, que é central aos estudos de Pina-Cabral e O'Neill, é desenvolvida por Caroline Brettell numa monografia de uma paróquia do concelho de Ponte de Lima que se situa na fronteira entre a demografia, a antropologia e a história¹⁷. Baseando-se no seu anterior estudo da emigração para a França, a obra relaciona a emigração, a nupcialidade e a fecundidade recorrendo largamente a fontes documentais do período que vai de 1700 à década de 1970. Como nas monografias anteriormente referidas, particular atenção é dedicada à questão da ilegitimidade e a sua relação com a propriedade e a herança.

Jorge Freitas Branco, publicou em 1987 um estudo das «bases materiais do quotidiano» no Arquipélago da Madeira de 1750 a 1900¹⁸. Este autor é provavelmente o único membro da geração dos anos '80 que se movimenta dentro das linhas teóricas de Jorge Dias e dos seus colaboradores mais distintos como Manuel Viegas Guerreiro e Ernesto Veiga de Oliveira. Apresentada como tese em Mainz, Alemanha, esta monografia está centrada sobre o estudo dos métodos e instrumentos da agricultura tradicional da ilha de Porto Santo como meio de «analisar o comportamento social interno, mais concretamente, a inserção social das forças produtivas e, ainda, alientar a dinâmica daí resultante no plano do quotidiano rural».

O livro de Pierre Sanchis sobre as romarias é mais difícil de julgar¹⁹. A sua excessiva ambição, tanto do ponto de vista do material que pretende cobrir, como das referências teóricas de que se equipa, tornam este texto muito confuso e bastante superficial.

Partindo de um estudo das atitudes para com a delinquência e correspondente legislação nas décadas de 30 e 40, João Fatela publicou recentemente um excelente e inovador ensaio antropológico dedicado à temática da violência²⁰. Trata-se de mais um exemplo do diálogo creativo entre a antropologia e a história que foi talvez a característica mais marcante de ambas as disciplinas em Portugal na década de 80. Para além da sua excelente qualidade ensaística, o pequeno livro *Antropologia, História e Diferença* de Robert Rowland deve ser considerado o texto teórico mais representativo de todo este movimento²¹ que fora já anunciado em 1983 pela colectânea *A Morte no Portugal Contemporâneo*²².

Outros autores como Raul Iturra, Rodrigues de Areia, Mesquitela Lima e José Carlos Gomes da Silva fizeram recentemente contribuições importantes para a antropologia em Portugal²³. Não seria justo ainda passar por cima do valioso trabalho editorial que Joaquim Pais de Brito tem desenvolvido em colaboração com a editora D. Quixote na colecção «Portugal de Perto», apresentando ao público tanto valiosos textos clássicos já inacessíveis como obras de investigação recente.

Em conclusão, podemos verificar que a última década correspondeu a uma profunda alteração. Numa situação de periferia cultural como será sem dúvida a portuguesa nas próximas décadas pelo menos, a única chance de sobrevivência é não só a de nos integrarmos plenamente no diálogo internacional, como sobretudo a de o encorajar. Para as grandes metrópoles culturais o isolamento não existe, é para as periferias que ele se posiciona como um problema. A única força das periferias é a de poderem funcionar como mediadoras, como encorajadoras de diálogo e como polos de crítica e reflexão. Um exemplo desta atitude é a polémica que tem vindo a desenvolver-se em torno à noção de «mediterrâneo» como categoria comparativa²⁴.

Aliás, o papel de encorajador do diálogo internacional dentro da disciplina não é o único que pode estar reservado às periferias. Também o diálogo interdisciplinar é mais fácil e mais produtivo num contexto de menor escala como Portugal, onde os praticantes de diferentes disciplinas se encontram em maior contacto diário e onde os meios são mais facilmente partilhados. A vitalidade demonstrada pela colaboração entre a história e a antropologia em Portugal nos últimos anos pode ser usada como um exemplo bem sucedido desta interdisciplinaridade.

NOTAS

(Una versão mais extensa deste texto será publicada em Lisboa.)

¹ Ernesto Veiga de Oliveira (1974). «António Jorge Dias: Biography and Bibliography», in *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa, IAC-JICU, p. 14.

² José Leite de Vasconcelos (1933-1985). *Etnografia Portuguesa*, 9 vols Lisboa, Imprensa Nacional.

³ Jorge Dias (1963). «A Etnologia como Ciência», in *Revista de Etnografia*, vol. I, p. 7.

⁴ Jorge Dias, Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro (1964-1970). *Os Macondes*, 4 vol.s, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

⁵ Cf. Ernesto Veiga de Oliveira (1985) Introdução a Adolfo Coelho (1985 [1879]), *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, D. Quixote.

⁶ António José Saraiva e Oscar Lopes (1982 [1955]), *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

⁷ Orlando Ribeiro, Prefácio a Jorge Dias (1981 [1948]), *Vilariño da Furna*, Lisboa, Casa da Moeda, p. 14.

⁸ Ver Introdução a Jorge Dias (1981 [1953]), *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa, Presença, pp. 13 a 25.

⁹ Colette Cailler-Boisvert (1966) «Soajo - une communauté féminine rurale de l'Alto Minho», in *Bulletin des Études Portugaises* n.s. vol. 27, pp. 237-284; (1968). «Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal», in *L'Homme*, vol. 8 (2), pp. 87-103.

¹⁰ Joyce Riegelhaupt, (1964). *In the Shadow of the City: Integration in a Portuguese Village*, Ph.D. thesis, New York, University of Columbia; (1967) «Salóio women: An analysis of informal and formal political and economic roles of Portuguese peasant women», in *Anthropological Quarterly*, vol. 40, pp. 109-126; (1973), «Festas e Padres: The organization of religious action in a Portuguese parish», in *American Anthropologist*, vol. 75, pp. 835-852.

¹¹ (1971). *A Portuguese Rural Society*, Oxford, Clarendon Press.

¹² (1977). *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, sá da Costa.

¹³ Joaquim Pais de Brito 1982 «O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa da Portugal», in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio, Faculdade de Letras, Março 1980*, Lisboa, Regras do Jogo.

¹⁴ (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, D. Quixote.

¹⁵ (1986), *Sons of Adam, Daughters of Eve: The peasant worldview of the Alto Minho*, Oxford, Clarendon Press. Edição Portuguesa, (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva*, Lisboa, D. Quixote. Ver também (1987), «Paved Roads and Enchanted Mooredresses: The Perception of the Past among the Peasant Population of the Alto Minho», *Man* ns vol. 22, pp. 715-735.

¹⁶ Emilio Willems 1962, «On Portuguese Family Structure, in *International Journal of Comparative Sociology*, 3, pp. 65-79; Colette Cailler-Boisvert 1966, «Soajo — une communauté féminine rural de l'Alto Minho», in *Bulletin des Études Portugaises* 27, pp. 237-284; Joyce Riegelhaupt 1967, «Saloio women: An analysis of informal and formal political and economic roles of Portuguese peasant women», in *Anthropological Quarterly*, 40, pp. 109-126.

¹⁷ Caroline Brettell (1986), *Men who Migrate, Women who Wait*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

¹⁸ (1987), *Camponeses da Madeira, as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, D. Quixote.

¹⁹ (1983), *Arratal: Festa do Povo*, Lisboa, D. Quixote.

²⁰ João Fatela (1989), *O Sangue e a Rua: elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, D. Quixote.

²¹ Robert Rowland (1987a), *Antropologia, História e Diferença*, Porto, Afrontamento. Ver também o seu importante ensaio (1987b), «Nupcialidade, Família, Mediterrâneo», *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. V (2), pp. 128-143.

²² Rui G. Feijó, Hermínio Martins e João de Pina Cabral (1983), *Death in Portugal: Studies in Portuguese Anthropology and History*, Oxford, JASO; edição portuguesa, (1985), *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Querco.

²³ José Carlos Gomes da Silva (1976), «Mythe et Idéologie», in *L'Homme* vol. XVI (4); (1977), «La Cécité et la Somnolence», in *L'Homme*, vol. XVII (1); (1983), «Nous-mêmes, nous-autres», in *L'Homme*, vol. XXIII (3) (1989), *Orissa: Antropologia e Literatura de Viageas*, INIC, Lisboa.

A. Mesquitela Lima (1988), *Os Kyaka de Angola*, Lisboa, Távola Redonda.

M. H. Rodrigues de Areia (1985), *Les Symboles Divinatoires*, Instituto de Antropologia, Coimbra.

Raul Iturra, (1986), «Casamento, ritual e lucro na aldeia portuguesa (1862-1983)», *Ler História*, vol. 5, pp. 59-81.

²⁴ James W. Fernandez (1983), «Consciousness and Class in southern Spain», *American Ethnologist*, vol. 10 (1), pp. 165-173; Josep R. Llobera (1986), «Fieldwork in southwestern Europe. Anthropological Panacea or Epistemological Straitjacket?», *Critique of Anthropology*, vol. 6 (2), pp. 25-33; João de Pina-Cabral (1987), Reply to Llobera in *Critique of Anthropology*, vol. 7 (2), pp. 93-96; David Gilmore (org.) (1987), *Honor and Shame and the Unity of the Mediterranean*, American Anthropological Association (n.º 22), Washington, especialmente Michael Herzfeld, «Honor and Shame: Problems in the comparative Analysis of Moral Systems»; João de Pina-Cabral (1989), «The Mediterranean as a Category of Regional Comparison: A Critical View», *Current Anthropology*, 30 (3).